

DIÁRIO DOS **DELEGADOS**



ADPEB ASSOCIAÇÃO DOS DELEGADOS DE POLÍCIA DO ESTADO DA BAHIA Ano 1 | Edição 4 | Novembro 2009

Brasil realiza 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública



Associações do Nordeste criam Conselho
de Presidentes de Entidades de Classe
Página 6

Eugênio Pacelli fala sobre as reformas
do Código de Processo Penal
Página 12

Ao analisar a forma de gestão no âmbito privado ou público, empresarial ou político, se gestão autocrática ou flexível, uma constatação sobressai: quase que na totalidade da gestão pública, em seus diversos níveis federativos e institucionais, o que se percebe é a proliferação de uma crassa e generalizada incompetência, tal qual síndrome.

Autoridades perdidas em suas próprias vaidades e cujo substrato gerencial é zero, numa pseudocompetência que não convence nem a elas próprias, utilizam-se de retóricas vazias, sustentadas em uma falácia medíocre. Nada de planejamento, nada de embasamento técnico, nada de nada.

No que concerne à área da segurança pública, temos assistido, perplexos, ao significativo aumento da criminalidade. Recentemente, no estado de São Paulo, organizações criminosas, cujas estruturas se assemelham ao Estado, fizeram reféns as instituições policiais. Em nossa Bahia, esta mesma cantada em verso e prosa, palco das mais conceituadas obras músico-literárias, mas onde as instituições policiais também passaram a ser alvo da ação de criminosos, descortina-se um sombrio diagnóstico, evidenciado pelo expressivo número de policiais mortos no exercício da função, no cumprimento do seu mister, que é defender a sociedade.

O homicídio que vitimou o colega André Serra é mais um lamentável episódio que sintetiza a gravidade dessa situação. Sua morte no exercício das funções não significa apenas uma investida contra um delegado de polícia, mas, antes, um ataque incisivo à instituição formalmente organizada Polícia Civil do Estado da Bahia.

Nessa esteira, nossa entidade tem se reunido com os gestores da Polícia Civil a fim de assegurar a promoção sóbria, justa e séria das investigações, no intuito de garantir a aplicação da justiça e resguardar tantos outros corajosos policiais que atuam diuturnamente na linha de frente, expondo suas vidas.

A ADPEB, mais uma vez, vem denunciar a ineficiência e ineficácia das políticas de segurança pública adotadas no combate à criminalidade, o que tem afetado substancialmente as instituições constituídas e acarretado consideráveis danos à sociedade. Urge, portanto, uma reavaliação profunda dessas políticas, que não devem mais prosperar.

É necessário fazer prevalecer a supremacia do Estado sobre o “estado”, dos Poderes Instituídos sobre o “poder paralelo”, com o escopo de garantir a todos, inclusive aos profissionais da segurança pública, o direito fundamental a essa segurança.

Por fim, ressalte-se que nós, policiais civis deste estado, não nos intimidaremos em desempenhar nossa atividade constitucional de investigar aqueles que insistem em afrontar a lei.



Soraia Pinto Gomes
Presidente

ADPEB exige solução para Gratificação por Substituição

Há um ano a Associação dos Delegados de Polícia do Estado da Bahia (ADPEB) enviou ao governo o projeto com a solicitação do pagamento de Gratificação por Substituição para os delegados que respondem por mais de uma unidade sem receberem a devida remuneração para tal.

Para monitorar de perto o andamento do projeto, a presidente da ADPEB, Soraia Gomes, reuniu-se em junho deste ano, no Centro Administrativo da Bahia (CAB), com representantes do governo, no intuito de solicitar um posicionamento sobre o assunto. No encontro, ficou decidido que as substituições seriam mesmo pagas, uma vez que os estudos sobre o impacto financeiro já tinham sido realizados pela Secretaria da Fazenda, faltando apenas estabelecer a data de implantação.

Diante das decisões acordadas, a Associação aguarda a aprovação e implantação do projeto. Caso isto não ocorra até o final de novembro, a orientação é para que os delega-

dos não mais acumulem funções. “Alertamos o governo para o fato de que os delegados de polícia não vão mais acumular funções sem a justa contraprestação pecuniária, ou seja, sem

o pagamento da Gratificação por Substituição. Trata-se de um absurdo que não deve mais persistir, merecemos respeito”, alerta Soraia. Além disso, segundo a presidente, o setor jurídico da entidade vem buscando alternativas para obter o pagamento dos meses em que os delegados não receberam a referida gratificação.

A representante da ADPEB também esteve reunida com o secretário de Relações Institucionais, Ruy Costa, para falar sobre o assunto. Aproveitando a oportunidade, Soraia Gomes ressaltou a falta

de condições de trabalho dos delegados, principalmente os do interior, e a necessidade do redimensionamento das áreas das delegacias, com indicativo de novas construções.

“A orientação é para os delegados não mais acumularem funções. Merecemos respeito”

A IMPORTÂNCIA DA GAJ

Desde o mês de maio a Gratificação por Atividade Jurídica (GAJ) está sendo paga nos contracheques dos delegados. Após muita luta pelo reconhecimento da classe como carreira jurídica, a Associação dos Delegados de Polícia do Estado da Bahia (ADPEB) conseguiu, enfim, que a implantação da gratificação acontecesse.

Publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) em fevereiro deste ano, a GAJ não foi paga nos meses de março e abril, e nos contracheques ainda constava a antiga Gratificação por Atividade Policial (GAP), em dissonância com a Lei nº 11.369. A Associação pressionou o governo, e sua presidente, Soraia Gomes, visitou a Secretaria da Administração do Estado da Bahia (SAEB) em busca de uma solução para o problema. Na ocasião, a delegada foi informada pelo setor de Recursos Humanos

que a gratificação já tinha sido implantada e que o problema seria solucionado com rapidez.

A GAJ foi uma luta particular da ADPEB, em especial da sua atual presidente, tendo em vista a reafirmação da identidade do delegado, exigindo respeito aos primeiros aplicadores da legislação penal, que fundamenta a ação judicial. “Esta conquista é o reconhecimento da posição diferenciada do delegado e se estabelece como passo importante na luta dos profissionais pertencentes à carreira jurídica”, comemora Soraia.

A Gratificação por Atividade Jurídica foi construída como mais uma estratégia para o futuro. Ademais, foi tratada também de forma muito especial nos artigos 46 e 50, ambos no 2º parágrafo da LOPC, que também reafirma a carreira técnico-jurídica para delegados de polícia.

DIÁRIO DOS
DELEGADOS

EXPEDIENTE

Presidente: Soraia Pinto Gomes
Diretora de Comunicação: Joelma Franco

Projeto Gráfico: Lima Comunicação
Designers: Aline Cerqueira e Juliana Lima

Jornalista responsável e Edição:
Vânia Lima (DRT 2170)
Subedição: Jan Penalva

Produção de textos e reportagens: Ana Rosa Passos (DRT 3197) e Jan Penalva
Fotos: Arquivo ADPEB
Fotos: Mateus Pereira

Secretária: Fátima Dórea
Revisão: Rita Canário

Nº 4 | Ano 2009
Periodicidade: trimestral

Tiragem: 1.500 exemplares
O Diário dos Delegados é um veículo de comunicação da Associação dos Delegados de Polícia do Estado da Bahia.

ADPEB - Associação dos Delegados de Polícia do Estado da Bahia
Rua Direita da Piedade, 11, Centro – Salvador-BA
71. 3329.2684 | 3142 | comunicacao@adpeb.com.br

Cidadãos se reúnem para discutir nova política de Segurança Pública



Joselito Bispo, delegado geral; Soraia Gomes, presidente da ADPEB; Andréa Cardoso, presidente do SINDPEB; e Ary Pereira de Oliveira, subsecretário de Segurança Pública.

O Brasil viveu um momento inédito em sua história. Em agosto deste ano, governo federal, representantes e trabalhadores da segurança pública e sociedade civil se reuniram em Brasília com o objetivo de discutir caminhos para a construção de um modelo de segurança pública que beneficie a cidadania, valorize o trabalhador e garanta a participação da sociedade organizada na formulação de políticas de segurança, definindo novos princípios e diretrizes. A reunião foi a última etapa da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (Conseg).

O Ministério da Justiça, órgão responsável pela iniciativa, acredita que a Conseg se inseriu no esforço de construção de um novo modelo de segurança, que teve início com a estruturação do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), em 2003, e com a criação do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), em 2007.

Segundo a assessora especial do ministro da Justiça e coordenadora geral da Conseg, Regina Mike, o Brasil vem repetindo fórmulas, métodos e instrumentos que não trouxeram melhorias à maneira de combater o crime e a violência. “Nossa expectativa é de que a sociedade brasileira se mobilize para que o País dê mais um passo rumo ao fortalecimento da democracia. Juntos, sociedade civil, gestores e trabalhadores apontarão diretrizes para uma política nacional de segurança pública”, conclui.

O processo participativo da Conferência ocor-

reu em etapas municipais e estaduais, permitindo a participação de qualquer cidadão; os representantes foram mobilizados para colaborar de diversas formas: nas instâncias nacionais, integrando as comissões organizadoras estaduais e municipais ou na promoção de conferências e debates sobre os temas propostos. Na Bahia, a etapa estadual foi organizada por uma comissão executiva, durante oito meses, e contou com o apoio e empenho das delegadas Neide Barreto, Heloísa Campos e Janete Campelo.

A presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Estado da Bahia (ADPEB), Soraia Pinto Gomes, foi a trabalhadora mais votada para representar a Bahia na etapa nacional da Conseg, consolidando a posição da Associação como referência na área de segurança. A delegada foi eleita por representantes de todos os segmentos da segurança pública (polícias federal, civil e militar) e da sociedade civil. Além dela, outros 36 profissionais também representaram o nosso estado, a exemplo das diretoras da Associação e do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado da Bahia, Joelma Franco e Fátima Afonso, e da presidente do Sindicato, Andréa Cardoso.

De acordo com Soraia, as ações promovidas pela Conseg foram de grande valia, pois estimularam o País inteiro a se organizar em busca de soluções para uma das principais preocupações dos brasileiros, que é a segurança pública. “É iminente a necessidade de impregnar o tema da segurança pública dos sentimentos



Joselito Bispo e Soraia Gomes debatem estratégias

de inovação e renovação. Inovar na busca de soluções, na ampliação do diálogo com a sociedade, na capacitação assertiva, no respeito à técnica e na promoção da eficiência”, explica.

Conferência baiana

Consciente de que os delegados não poderiam ficar de fora desta iniciativa, a ADPEB promoveu, em julho, a 1ª Conferência Livre dos Delegados de Polícia do Estado da Bahia, em parceria com o SINDPEB. O



A palestrante Jacqueline Muniz

objetivo do encontro foi debater medidas que fortalecessem o processo democrático, a fim de consolidar um novo paradigma.

Durante o evento, os delegados puderam assistir à palestra “Polícias, qual reforma?”, da antropóloga, doutora em Ciências Políticas, coordenadora de Segurança do estado do Rio de Janeiro e diretora do Serviço Nacional de Segurança Pública (Senasp), Jacqueline Muniz. A explanação aconteceu no hotel Victoria Marina, em Salvador.



Delegados atentos à explanação da palestrante

Associações do Nordeste criam Conselho Nacional



Representantes do Nordeste conversam sobre o Conselho

A atual situação da Segurança Pública impõe aos gestores a troca de informações que visem alcançar o fortalecimento da classe e da Polícia Judiciária Civil. Preocupada com este momento e, principalmente, com a falta de espaço dos delegados nas discussões relacionadas ao tema, a Associação dos Delegados de Polícia do Estado da Bahia (ADPEB) promoveu no mês de maio, em Salvador, um encontro entre presidentes das associações e sindicatos dos delegados do Nordeste, dando continuidade ao primeiro encontro, que aconteceu em Aracaju.

Durante o evento, em que foram discutidas ações para alcançar novas conquistas para a classe, a presidente da ADPEB, Soraia Gomes, fez uma apresentação ressaltando as principais necessidades e demandas desses profissionais, abordando as ações judiciais impetradas e em estudo, a situação salarial dos delegados de polícia do País, além de uma breve explanação sobre as PEC (Propostas de Emendas à Constituição) em tramitação.

Dos nove estados da região Nordeste, seis participaram da reunião, que contou com a presença de Rafael Bezerra Cardoso (Ceará), Antônio Carlos Azevedo Lessa (Alagoas), Kássio

Kellington Viana Santos (Sergipe), Gustavo André Leite Santana (Rio Grande do Norte) e Erisvaldo Guerra (Pernambuco). Todos os presentes parabenizaram a ADPEB pela exposição clara e transparente, além de manifestarem sua preocupação com os delegados de polícia do País, em especial os do Nordeste. “Precisamos mostrar que somos organizados e unir nossas forças em prol da valorização da classe”, disse o representante de Alagoas.

As reuniões não pararam por aí. Em junho aconteceu um novo encontro, desta vez, em Fortaleza. Houve posicionamento da presidente da ADPEB e dos presidentes das Associações dos Delegados de Polícia dos estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco e Alagoas. Todos solicitaram posições sobre as PEC, reforma do Código de Processo Penal, diretrizes para os delegados de polícia na Conferência Nacional de Segurança Pública – CONSEG, planos para criação de uma campanha nacional para delegados de polícia, propostas de fortalecimento das entidades representativas estaduais, estudo sobre padronização nacional dos símbolos e nomenclaturas das entidades representativas, perspectivas de publicação de manual de procedimentos e código de ética nacional, dentre outros.

Frutos da mobilização

Como resultado dos encontros e reuniões, em julho foi fundado o Conselho de Presidentes de Entidades de Classe de Delegados de Polícia do Brasil. A iniciativa é resultado de uma mobilização dos presidentes de associações e sindicatos de várias regiões do País. As lideranças compreenderam que só a união em torno de objetivos comuns poderá fazer prosperar os planos focados na valorização do delegado de polícia e no fortalecimento institucional.

No dia 18 de agosto, em Brasília, foi realizado o primeiro processo eletivo do Conselho, no qual a representante da Bahia foi escolhida para ser presidente, por aclamação, pelos representantes dos outros estados, devido ao empenho destinado à criação do Conselho e aos projetos apresentados em reuniões. Esta é a primeira vez que um corpo consultivo representa as entidades. O órgão perseguirá objetivos comuns aos delegados da Polícia Civil de todos os estados, a exemplo da campanha nacional de valorização dos delegados, extinção da custódia de presos em unidades policiais, auxílio às entidades nacionais nos projetos existentes, produção de diagnóstico, além de manter intercâmbio e cooperação mútua entre as unidades federativas.

“No Conselho não haverá espaço para egos ou vaidades, teremos muito trabalho. Es-



Representantes debatem propostas do Conselho

tamos no século XXI, e é preciso desenvolvimento de estratégias, de políticas sérias para crescermos como classe e especialmente como instituição”, diz Soraia. A ideia é contribuir para a construção de referenciais, ajudando a difundir um novo modelo de gestão.

No intuito de fomentar a pluralidade de conhecimentos, de projetos e possibilitar a participação de todos os líderes, a diretoria eleita para o órgão terá um mandato de seis meses, mostrando de forma inequívoca que a intenção é modificar concepções. Com sede formal em Brasília, já que o propósito é congregar representantes de todos os estados, cada unidade federativa tem dois assentos reservados: um para o presidente do sindicato local e outro para o presidente da associação.



A presidente da ADPEB, Soraia Gomes, na criação do Conselho.

Triatleta realiza trabalho social



Treinamento dos Triatletas

Um projeto que começou com a realização de atividades físicas à beira da praia tornou-se, em pouco tempo, uma “jornada cidadã” para crianças e adolescentes. Trata-se do Ação Tri – Triatleta Cidadão, mantido pela Federação Baiana de Triathlon (FEBATRI) e por voluntários. “Nosso foco é formar cidadãos conhecedores dos seus direitos e deveres”, conta o diretor do projeto, Alberto Lopes.

Além da escola, o Ação Tri oferece a jovens dos 6 aos 18 anos atividades esportivas, acompanhamento médico e odontológico, nutricionista, fisioterapeuta, cardiologista, fisiologista e aulas de cidadania e conscientização ambiental. Alberto e seus voluntários experimentam o sentimento de “missão cumprida” quando os triatletas cidadãos cursam uma faculdade e conseguem emprego com carteira assinada. Atualmente, 60 crianças e adolescentes são beneficiados com os treinamentos e a assistência dada pelo projeto.

A história

O ano era 2003. Sol, praia e o belíssimo visual dos Fortes e do Farol eram os principais atrativos que levavam o triatleta Jorge Sá, morador da Gamboa, a realizar seus treinamentos no bairro da Barra, em Salvador. Mas ele não ia so-

zinho. Seus filhos e outros atletas o acompanhavam nas corridas e braçadas no Porto da Barra. Com o tempo, o grupo foi crescendo e os amigos dos seus filhos passaram a frequentar o local. Contagiados pela energia da garotada, Jorge e os colegas passaram a treinar também a “molecada” que estava próxima. O que era apenas diversão tornou-se coisa séria quando o triatleta, percebendo o talento dos pequenos competidores, fundou, em 2003, o projeto Criança Feliz – Talentos para o Esporte, com o objetivo de criar atletas de alto rendimento. Dois anos depois, aproveitando uma oportunidade de crescimento profissional, Sá mudou-se para a Espanha. Foi quando Alberto Lopes – mais conhecido como Beto – e outros voluntários assumiram a direção do Projeto.

Beto acredita que com o esporte as crianças aprendem a ter uma visão mais competitiva dentro da sociedade. “Estimulamos a sua autoestima, determinação, organização, responsabilidade e tudo que a prática pode desenvolver no indivíduo”, afirma.

Para conhecer o projeto ou fazer doações: 71 3183-0133
E-mail: alberto@cargolineba.com.br

Delegados baianos fazem treinamento nos EUA

A Associação dos Delegados de Polícia do Estado da Bahia – ADPEB – foi a primeira entidade do Brasil a estabelecer parceria com uma instituição internacional de ensino policial, a *US Police Instructor Teams*, para treinamento de delegados, garantindo descontos e apoio institucional na participação dos associados. A iniciativa condiz com o compromisso da diretoria da ADPEB, no sentido de defender a capacitação profissional contínua dos delegados de polícia.

O curso SWAT Avançado, ministrado no mês de outubro, capacitou 14 delegados e 2 policiais. Durante os cinco dias de treinamento, os participantes trabalharam com o conceito policial baseado na premissa de um grupo seletivo, altamente treinado e muito disciplinado; as aulas foram ministradas em Orlando, nos EUA. Nesse período, cada aluno efetuou mais de 700 disparos com armas de fogo de diversos calibres, enquanto, comparativamente, o curso de formação ministrado aqui na Bahia permite apenas 50 disparos durante três meses. As armas utilizadas foram: pistola *glock*, fuzil *colt M16*, *H&k Mp5*, com supressor de ruídos, espingarda calibre 12 benelli, semiautomática e de repetição, *mini uzi*, armas de *paint ball* com munição química e pistola tazer de imobilização.

Os delegados também foram submetidos às técnicas da polícia americana, conheceram o centro de treinamento *Lake Tech*, o sistema prisional e debateram situações críticas, como tomada de edifícios, direção ofensiva, combate e posicionamento de equipe de resgate. O acesso às técnicas norte-americanas, facilitado pela ADPEB, proporcionou aos delegados uma visão mais ampla do conceito policial, distanciando-os das práticas autoritárias e violentas impostas pela política de resultado.

A desenvoltura dos participantes surpreendeu a direção organizadora do curso. Os professores da instituição americana entregaram aos delegados Pietro Baddini e Jardel Perez o título de Instrutores Internacionais pela escola *US Pit Senod*. O troféu de Superação e Melhor



Delegados em treinamento nos EUA

Atirador foi entregue aos delegados Relder Andrade e Marcos Vinícius, e o policial Celso Ribeiro recebeu o troféu Top Gun de Melhor Tiro.

O delegado Marcus Vinícius voltou do curso animado com as atividades desenvolvidas e pretende, junto com o colega Roberto Júnior, multiplicar os conhecimentos adquiridos para os delegados, escrivães e agentes da 21ª Coordenadoria Regional de Polícia do Interior, com sede em Itapeitinga. “Já estamos editando um vídeo para apresentar aos colegas o que aprendemos nos Estados Unidos. O que me chama a atenção é que eles treinam com muito afinco, mesmo com o baixo índice de criminalidade. Por isso, estão sempre preparados para possíveis combates”, informa Marcus Vinícius.

“A capacitação de delegados de polícia deveria acontecer constantemente, pois além de prepará-los para combater ondas de violência, dissemina o fortalecimento de uma polícia eficaz, em consonância com os

direitos humanos. Acreditamos que ao tomar conhecimento desta parceria a instituição Polícia Civil irá pensar em uma maneira de promover, o quanto antes, outra capacitação para os seus servidores”, declarou o diretor da ADPEB, Pietro Baddini.

Todas as despesas da viagem foram financiadas pelos próprios participantes.

“ Este acesso às técnicas norte-americanas, facilitado pela ADPEB, proporcionou aos delegados uma visão mais ampla do conceito policial, distanciando-os das práticas autoritárias e violentas impostas pela política de resultado”



Diretoria da ADPEB lutando pela PEC

A Associação dos Delegados de Polícia do Estado da Bahia – ADPEB completou no mês de maio 54 anos de muitas histórias, lutas e conquistas. De 1955 a 2009, vários presidentes, associados e funcionários passaram pela Instituição, que se mantém em plena defesa dos princípios éticos e morais dos delegados.

Fundada em 20 de maio de 1955, a ADPEB é uma sociedade civil sem fins lucrativos, de âmbito estadual, que congrega os delegados de polícia de carreira do Estado na luta pelos seus direitos, interesses e pela preservação da Polícia Civil. Para sua presidente, Soraia Pinto Gomes, a longa trajetória da instituição é marcada pelo espírito combativo, em busca do fortalecimento da associação e da valorização da classe. “Enfrentamos inúmeras dificuldades, mas nunca desistimos de lutar pelos nossos direitos e deveres, pois sempre acreditamos que somos fortes o suficiente para superar qualquer empecilho que possa prejudicar nossa valorosa classe. Fizemos uma greve e três paralisações em dois governos com perfis distintos, não somos partidaristas, buscamos tão somente a dignidade. Divido os sucessos da entidade com toda a nossa diretoria, especialmente com os nossos associados, que sempre nos cor-

responderam”.

O ex-presidente da Associação, delegado Ailton Lordello, conta que “no início tudo era mais complicado, encaramos um governo autoritário, que nos perseguia e nos ameaçava; apesar de tudo isso, a ADPEB nunca perdeu a esperança do reconhecimento daqueles que defendem a segurança da coletividade”, afirma.

Atualmente aposentado, Lordello se diz orgulhoso da nova diretoria da ADPEB, em especial das delegadas. “As meninas enfrentam essa luta de tantos anos com muita garra e determinação, fico orgulhoso de cada vitória que elas conquistam”, conclui.

Soraia Gomes explica que vitórias como a Lei Orgânica da Polícia Civil (LOPC), Gratificação por Atividade Jurídica (GAJ), Enquadramento, dentre outras, fizeram com que a Instituição se tornasse referência nacional em negociação e diplomacia para



obtenção de melhorias salariais para a classe. “Nossas vitórias marcaram de forma inequívoca a atuação desta entidade nos últimos quatro anos”, conclui.

O associado Omar Andrade Leal, titular da delegacia da 4ª CP, localizada em Salvador, acredita que a ADPEB tem feito um grande e delicado trabalho em defesa dos delegados de polícia da Bahia. “Hoje existe uma postura para defender o interesse da classe, somos respeitados de verdade. Estou extremamente satisfeito com a administração e espero que ela permaneça durante muito tempo”, afirma.

Já o coordenador regional da 19ª Coordenadoria de Polícia do Interior, em Senhor do Bonfim, Felipe Neri, confia que a atual gestão irá servir de modelo para os futuros presidentes da ADPEB. “Espero que esta gestão, que vem lutando com muita dignidade, transparência e, principalmente, dedicação, sirva como exemplo para os próximos gestores da nossa associação”, diz o delegado.

Para a diretora do jurídico, Marta Nunes, a história que a Instituição vem construindo durante esses anos faz com que os seus associados acreditem cada vez mais nela. “Diante de muitos embates e conquistas, vejo que os delegados estão mais confiantes e determinados quando o assunto é ADPEB, e esse apoio depositado dia a dia é uma realização para nós”, afirma.

Segundo o ex-presidente Armando Campos de Oliveira, que passou nove anos à frente da ADPEB, a história da Associação foi crescendo e ganhando maturidade: “Começamos com menos de 100 associados, sem nenhum espírito reivindicatório. Por meio de muitas lutas conseguimos dar este corpo militante, sempre defendendo a categoria e colaborando com a segurança pública. Acredito que o delegado percebeu a importância do seu papel e identificou que só a organização da classe contribui para a conquista dos direitos”, conclui.

Justa homenagem

A ADPEB está preparando um livro em homenagem aos seus 54 anos. A obra irá contar a história da implantação da entidade e sua

trajetória, relatando as principais dificuldades, conquistas e planos para o futuro, com depoimentos de ex e atuais representantes. A presidente acrescenta que o livro será de suma importância para os associados, pois informará as principais ações e desafios, fortalecendo a transparência como uma cultura da Associação.



Associação tornou-se presença constante na imprensa



Greve dos delegados de polícia fez história



Diretoria da ADPEB em Brasília

Relator geral da comissão do senado fala sobre as reformas do Código de Processo Penal



Eugênio Pacelli de Oliveira*

“O importante é que as questões sejam discutidas com o espírito desarmado”. É assim que o procurador Eugênio Pacelli de Oliveira conversa com a equipe do Diário dos Delegados sobre as reformas do Código. Mestre e doutor pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, o atual procurador regional da República no Distrito Federal foi relator-geral da comissão externa criada pelo Senado Federal para discutir o tema.

Diário dos Delegados: Quais foram as reformas realizadas no anteprojeto do Código de Processo Penal (CPP)?

Eugênio Pacelli: Precisariamos de muito espaço e tempo para uma resposta mais satisfatória. No entanto, podemos antecipar que a Comissão promoveu o alinhamento do CPP às determinações constitucionais e, mais que isso, reduziu o manejo do *habeas corpus*, originariamente concebido para a tutela do direito de locomoção, efetivamente em risco concreto; ampliou as ações penais públicas condicionadas, de modo a permitir um maior espaço de conciliação voluntária entre autor e vítima, particularmente em relação aos crimes patrimoniais praticados sem violência ou grave ameaça; esclareceu inúmeros problemas relativos à competência jurisdicional, de modo a impedir o excessivo número de conflitos de competência, quase sempre responsáveis por

um sem-número de prescrições; estabeleceu um juiz de garantias, destinado a tutelar unicamente a fase de investigação, deixando o exercício da jurisdição na ação penal para outro magistrado. Aqui, teremos problemas, já que a Comissão não excepcionou a regra do impedimento, contrariamente ao que sustentávamos.

DD: O que deve melhorar com a reforma?

Eugênio Pacelli: Difícil dizer. Mas, de maneira geral, acho que qualquer legislação nova, em substituição ao atual CPP, já seria um avanço. O Código atual é velho e superado em muitas questões. O Projeto de Lei do Senado (PLS) 156 irá agilizar, na medida do possível, a persecução penal, evitando o excesso de demandas penais na Justiça e reduzindo o manejo de recursos meramente protelatórios.

DD: Quais foram os principais objetivos desta reforma?

Eugênio Pacelli: Alinhar a nova legislação à Constituição e às decisões dos Tribunais Superiores; otimizar o funcionamento da Justiça Criminal, com redução de demandas e recursos; agilizar as investigações criminais e estabelecer uma nova relação entre os órgãos estatais responsáveis pela persecução penal.

DD: O que deve mudar?

Eugênio Pacelli: Esperamos que o Congresso Nacional acolha as propostas na sua totalidade, mas sabemos que as ingerências corporativas (Polícias, Ministério Público, Magistratura, OAB etc.) poderão criar embaraços à tramitação do PLS 156. O importante é que as questões sejam discutidas com o espírito desarmado. Daí poderá surgir um consenso em favor da sociedade brasileira.

DD: O Anteprojeto já foi transformado em Projeto de Lei no Senado. Quando ele deverá ser submetido ao procedimento legislativo regular?

Eugênio Pacelli: Em breve a Comissão Especial no Senado deverá emitir um relatório sobre o texto e depois encaminhá-lo à Câmara dos Deputados. É exatamente ali que poderá haver um debate mais amplo sobre as mudanças propostas.

DD: Há previsão para a aprovação?

Eugênio Pacelli: Não. O Código Civil de 2002 demorou mais ou menos cinco anos. Esperamos que o CPP seja mais rápido, já que o Projeto incorpora várias alterações recentes, promovidas pelo próprio Congresso Nacional.

DD: As alterações vão interferir no dia-a-dia do delegado de polícia?

Eugênio Pacelli: Certamente. Há uma maior flexibilidade quanto à forma e ao rito da investigação e uma valorização da atuação da polícia relativamente à necessidade de fundamentação para o requerimento de novas diligências ao fim do inquérito policial. Há também uma modificação mais sensível, que diz respeito ao fim da tramitação do inquérito na Justiça, no caso de não haver investigado preso. Não vemos nenhuma razão para prosseguir com uma regra inteiramente superada na sociedade moderna. A fase de investigação, ressalvadas as providências que dependam de ordem judicial, deve tramitar entre a Polícia e o Ministério Público, em atuação conjunta e cooperativa. É preciso acabar com a tensão entre as corporações. O Ministério Público não deve interferir no dia-a-dia da investigação; apenas tem atribuição constitucional para adotar orientações investigativas em acréscimo àquelas realizadas pela Polícia. O controle é externo e não interno.

DD: Existe algum ponto a que o delegado precise ficar atento?

Eugênio Pacelli: Não é preciso nenhuma atenção especial. Os delegados de polícia têm sólida formação intelectual e do direito, conhecendo perfeitamente as linhas traçadas pelo Projeto, alinhadas que se acham com a maioria esmagadora do direito comparado, de perfil mais próximo ao brasileiro. Creio que o Projeto avança também em relação à fase de investigação.

DD: O que a sociedade pode esperar deste projeto?

Eugênio Pacelli: Um projeto que cumprirá o que se espera de uma legislação. Não se pode, porém, vender ilusões. Nenhuma lei, por si só, em lugar nenhum do mundo, acabará com as

“Qualquer legislação nova, em substituição ao atual CPP, já seria um avanço”

mazelas sociais, com a pobreza, com a miséria, com a desigualdade social e a falta de acesso aos serviços e bens públicos e privados; tampouco com a criminalidade que daí resulte. O que se pode fazer é controlar os conflitos de modo mais eficaz, agilizando a persecução e excluindo da Justiça Criminal a apuração de fatos que nem a vítima está interessada em esclarecer. Nesse

ponto, o Projeto avança imensamente ao incluir a vítima no processo penal, reservando-lhe um tratamento mais participativo e de maior respeito à sua condição.

DD: A sociedade terá leis mais rígidas?

Eugênio Pacelli: Rigidez, aumento de pena e redução da criminalidade fazem parte do pacote da “venda de sonhos”. Muito mais útil, por exemplo, é aperfeiçoar os inúmeros e defeituosos tipos penais atualmente em vigor, que permitem toda sorte de manobra para o afastamento da responsabilização penal. Muitas vezes, as condutas lesivas ficam sem resposta pela pobreza das leis penais, que não conseguem definir com precisão a matéria efetivamente proibida. Aperfeiçoar a produção das leis penais é um passo importante; diminuir a matéria incriminada, também. Quantos anos se passaram até que o Congresso Nacional pusesse fim ao crime de adultério? Por que continuarmos com os crimes contra a honra, se o que efetivamente resolve o problema é a indenização na Justiça Cível? O amontoado de criminalizações e, assim, de processos, impede que os órgãos públicos (Polícia, MP, Juizados) cuidem dos casos de maior repercussão e dano social. Nesse ponto, o Projeto cumprirá sua missão.

*Eugênio Pacelli de Oliveira é mestre e doutor pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais; ex-procurador do Estado de Minas Gerais; procurador regional da República no Distrito Federal; relator-geral da Comissão de Juristas instituída no Senado Federal para elaboração do anteprojeto do Novo Código de Processo Penal; membro fundador da Associação Brasileira de Professores de Ciências Penais e membro fundador da Associação Brasileira de Filosofia e Sociologia do Direito.

Associação orienta aposentados sobre benefícios e garantias



Na reunião, ADPEB colocou o setor jurídico à disposição dos aposentados

O Enquadramento e as Condições Especiais de Trabalho – CET concedidos aos delegados da ativa não foram estendidos aos delegados aposentados. A partir desta constatação, a Associação dos Delegados de Polícia do Estado da Bahia reuniu-se no mês de setembro com os inativos para conversar e esclarecer dúvidas sobre os benefícios.

A reunião contou com a participação da diretora do setor jurídico da Instituição, Marta Nunes, e com a presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado da Bahia, Andrea Cardoso, que estabeleceu parceria com a ADPEB para entrar com as ações judiciais pleiteando a incorporação da CET e o pagamento das diferenças resultantes do enquadramento.

De acordo com a explanação de Marta Nunes, só os delegados que se aposentaram até dezembro de 2003 terão o direito de pleitear estas

demandas. Na oportunidade, também se discutiu a Gratificação por Atividade Policial e foi solicitado aos aposentados que ainda não gozam desta vantagem que procurem o setor jurídico, pois existe uma dificuldade em realizar tal levantamento. “Nosso maior obstáculo é saber quem recebe ou não a gratificação”, disse Marta, ressaltando que a ação será coletiva, por isso precisa reunir todos os solicitantes.

Além das ações referidas, a ADPEB e o SINDPEB já vinham realizando um estudo individual das aposentadorias, trabalho que resultou em ganhos de até 30% na remuneração de alguns aposentados. Para a propositura da ação é necessário que os delegados apresentem cópias dos contracheques (janeiro a agosto), da portaria ou do decreto de aposentadoria (para comprovar a data da inatividade), do RG e do CPF. Os documentos valem para as duas ações.



Diretoras esclareceram as dúvidas dos colegas



Aposentados reivindicam benefícios dados aos delegados da ativa

Departamento Jurídico luta contra a remoção não motivada

Nos últimos meses, o departamento jurídico da Associação dos Delegados de Polícia do Estado da Bahia tem recebido demandas contra as remoções que acontecem aleatoriamente. O governo do Estado fez sua parte ao sancionar a Lei Orgânica, mas a Polícia Civil não a está respeitando. “Despiciendo dizer, para nós, bacharéis em direito, que o ato administrativo deve ser fundamentado. Não há que se tolerar fundamentos genéricos e inconsistentes, com as mesmas considerações para todos os atos de remoção”, explica a diretora do departamento jurídico da ADPEB, Marta Nunes.

A remoção é um ato que provém da manifestação de vontade dos chefes do Executivo, resultante de competência administrativa específica, devendo guardar conformidade constitucional. “Observa-se que, na tentativa de fundamentar os atos de remoção, têm-se elencado ‘considerandos’ genéricos e indistintos em Portarias diversas, não se enquadrando com o embasamento legal da Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado da Bahia, consoante a Carta Magna, em seu artigo 37”, conta Marta Nunes.

Sendo assim, para que a remoção tenha

validade jurídica, deverá preencher requisitos como competência, objeto, forma, motivo e finalidade, caso contrário estará contaminada de vícios de nulidade absoluta. Defendendo os direitos e prerrogativas dos delegados associados, o departamento jurídico tem logrado êxito no deferimento de liminares que suspenderam os efeitos do ato ilegal de algumas remoções, aguardando o posterior julgamento do mérito dos Mandados de Segurança.



Marta Nunes exige fundamentação para as remoções

BV
FINANCEIRA

• Crédito Pessoal

• Crédito Consignado

• Financiamento e Refinanciamento de Veículos

0800 011 7888

www.bvfinanceira.com.br

(71) 3797 3900

Av. Estados Unidos, 397
Comércio - Salvador

Com a BV você sempre pode **MAIS!**

Informe-se sobre o CET antes de contratar o seu empréstimo/ financiamento.

SAC - informações, reclamações, cancelamentos ou elogios, atendimento 24h por dia, 7 dias por semana: 0800 770 3335 ou 0800 701 8661 (deficientes auditivos e de fala). Ouvidoria (para reavaliação da solução apresentada) - de seg a sex, das 9h às 18h: 0800 707 0083 ou 0800 701 8661 (deficientes auditivos e de fala).

**A ADPEB quer ficar ainda mais
perto de você! Atualize seu cadastro.**

ADPEB